

AS FRONTEIRAS E O QUADRO POLÍTICO-MILITAR

O fim do comércio dos escravos arruinou as empresas portuguesas coloniais instaladas nas zonas de mais fácil acessibilidade da Guiné. Nas regiões do interior, desde o Futa, Toro (Senegal) ao Adamaua – na fronteira da Nigéria com os Camarões – foram constituídos importantes estados fulas durante os séculos XVIII e XIX, tendo havido tentativas de unificação entre eles, desde o Atlântico até ao Chade. Essa tentativa foi frustrada devido à ocupação militar francesa naquela região da África tendo ocupado o Futa Djalon.

Os primeiros imigrantes Fulas entraram na área que hoje é a Guiné-Bissau nos finais do século XVIII, vindos da região de Toro e de Macina (Mali). Dedicando-se à agricultura, ao pastoreio e à pesca, os Fulas pagaram impostos aos Mandingas e Beafadas. Mas o incremento da entrada, nos princípios do século XIX, de um cada vez maior número de Fulas levou os Mandingas e os Beafadas a não só lançarem pesados impostos com vista a travar novas entradas, mas também sujeitaram os que estavam sujeitos a humilhações e violências, não faltando a guerra santa lançada pelos Almamis do Futa Djalon contra os Mandingas animistas. Esta guerra só acabou com as conquistas francesas e portuguesas, estas na zona do Gabu e Forreá.

A partir de 1834, com D. Maria II, passou a existir na Guiné uma unificação administrativa com a criação de uma comarca com sede em Bissau e, em 1879, a Guiné adquiriu autonomia administrativa, tendo a capital sido transferida para Bolama, provavelmente para evitar qualquer tentativa dos ingleses de voltarem à ilha.

Para resolver a crise da Guiné com o fim do comércio de escravos das feitorias de Bissau e Cacheu, naquele reinado e no Governo do Marquês Sá da Bandeira, foi chamado algumas vezes, entre 1837 e 1859, para Governador o guineense Honório Barreto que tinha estudado na metrópole. Conhecedor da Guiné, desenvolveu um importante papel na administração do território, nomeadamente no plano da pacificação social com os régulos do interior.

Em 1884/1885 realizou-se em Berlim uma conferência com vista a partilhar a África entre as potências europeias colonialistas, em que foi defendido o princípio da «ocupação efectiva», substituindo o anterior princípio do «direito histórico» que tinha garantido a Portugal, como descobridor, a posse dos seus territórios coloniais.

Os representantes oficiais de Portugal naquela conferência foram António Serpa, Luciano Cordeiro e o marquês de Penafiel, que defenderam até onde puderam os direitos portugueses em África.



Representantes de Portugal na Conferência de Berlim.
Sentados: António Serpa, Luciano Cordeiro e o Marquês de Penafiel;
de pé, os seus auxiliares
(IN «Compêndio de História Universal, 3ª Edição, 5º Ano, de António G. Matoso, 1965

Nesta época, o domínio de Portugal nas terras do interior da Guiné era muito precário. Os seus habitantes eram muito aguerridos, o que dificultava a sua submissão à política colonial.

A Conferência de Berlim definiu um novo Pacto Colonial que exigia a ocupação efectiva dos territórios pelos países colonialistas que os reclamavam como seus.

Foi a partir daquela Conferência que Portugal se viu forçado a expandir-se para o interior do território da Guiné e a impor a sua soberania quando até então apenas tinha relações comerciais. Escusado será dizer que os povos das regiões do interior revoltavam-se com a nova política colonial portuguesa. Portugal chamava «campanhas de ocupação e pacificação» à nova política que implementou depois da Conferência de Berlim, as quais decorreram até 1918.

Apenas entre 1894 e 1915 foi possível algum êxito, resultando a pacificação em toda a província, em que foram autores António José Machado, Vasconcelos e Sá e Teixeira Pinto.

Em 1886, no reinado de D. Luís, Portugal cedeu à França a grande área de Casamansa, em compensação por fracos interesses portugueses no Congo. A permuta foi muito desfavorável para Portugal, motivada por divisões políticas que reinavam na metrópole, que tiveram reflexos no Ultramar.

Apesar das alterações administrativas que foram introduzidas, o certo é que os estabelecimentos portugueses na Guiné encontravam-se em estado de abandono como resultado do fim do comércio dos escravos. A exploração comercial dos produtos agrícolas (mancarra – amendoim – óleo de palma, coco e borracha) era feita por empresas francesas, inglesas e alemães.

As fronteiras foram definitivamente definidas na Convenção luso-francesa de 12 de Maio de 1886 e delimitadas, por troca de notas diplomáticas, em 29 de Outubro e 4 de Novembro de 1904 e 6 e 12 de Julho de 1906.

A Guiné Portuguesa ficou com uma área de 32.000 quilómetros quadrados, circundada na parte continental pelas antigas possessões francesas da África Ocidental, confrontando pelo Norte com a República do Senegal, a Leste e Sul com a República da Guiné.

No final dos anos vinte do Século XX, ainda houve a rectificação de limites como foi o exemplo na região de Casamansa em 1926, e a Norte de São Domingos em 1929, “a última justificada por erro técnico cometido em 1904, vantajoso para os Portugueses”²⁹

No fundo, durante cinco séculos o território da actual Guiné-Bissau foi indefinido e só interessava a exploração comercial nas áreas de fácil acesso por via fluvial, ficando situada numa zona estratégica da costa Ocidental da África com interesse para a Europa.

Apesar disso, podemos dizer que Portugal desprezou o território logo após o fim da comercialização dos escravos, aprofundando a exploração após a decisão da Conferência de Berlim, determinando a progressiva ocupação efectiva do território com as zonas do litoral pacificadas, mas conflituosa à medida que a colonização avançava para o interior através das vias fluviais.

²⁹ «Nova História da Expansão Portuguesa», direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques. O Império Africano 1890–1930, coordenação de A.H. de Oliveira Marques. Editorial Estampa 2001.

A crise financeira do País tinha sido consequência remota do Ultimato de 11 de Janeiro de 1890, imposto pela Inglaterra em resposta à tentativa de Portugal colonizar as regiões entre Angola e Moçambique, no cumprimento de pôr em prática um projecto dos Regeneradores de fundar a África Meridional portuguesa.

Nos finais do Século XIX e princípios do Século XX, a manutenção do Império Colonial foi bastante equacionada não só no plano da sua defesa, mas também no aspecto financeiro. A metrópole teve de recorrer a financiamento externo para satisfazer as necessidades do seu desenvolvimento e com a administração.

José Bento Ferreira de Almeida tinha sido Ministro da Marinha e Ultramar. Conhecia de perto os problemas financeiros e a realidade ultramarina. Já na qualidade de deputado, no dia 12 de Fevereiro de 1900 ao discursar na Câmara de Deputados defendeu a venda das colónias (à excepção de Angola e São Tomé e Príncipe) com vista a satisfazer as dívidas externas e fomentar e desenvolver o País³⁰. O certo é que a teoria de Bento de Almeida não teve qualquer aceitação.

Poucos anos mais tarde foi desenvolvida a tese da criação de uma força naval. Ayres de Ornelas³¹, na qualidade de Ministro da Marinha e Ultramar do Governo de João Franco, foi um grande impulsionador da Marinha, indispensável para Portugal conservar o Ultramar. Nessa qualidade procedeu à reorganização do Ministério com vista à separação da Marinha e Ultramar em estruturas separadas. Daí ter surgido a Secretaria da Marinha que foi o embrião do futuro Ministério da Marinha. Em termos concretos a teoria de Ayres d'Ornelas acerca da Marinha de Guerra veio a ser posta em prática em 1930 pelo Estado Novo.

Foi também no início do seu mandato como Ministro, que o Decreto de 4 de Julho de 1906 regulamentou a entrada, residência e trânsito de estrangeiros nas províncias ultramarinas, prevendo também a saída forçada no caso de algum estrangeiro se tornar indesejável.

Em 31 de Janeiro de 1908, foi publicado um decreto que previa a deportação para qualquer província ultramarina dos indivíduos que atentassem contra a segurança do Estado.

A história política da Guiné, na época que decorreu entre o desenvolvimento da expansão colonial para o interior do território, determinada pela Conferência de Berlim, e a implementação da política africana do Estado Novo, foi deveras marcada por forte agitação social e étnica.

Em Abril de 1891, a tribo dos Papéis promoveu um forte ataque a Bissau causando grandes baixas, estimando-se de 80 a 114 mortos, segundo René Pélissier. Na sequência disso, em Junho do mesmo ano, o Governador Gonçalves dos Santos foi substituído pelo Tenente-coronel Luís Augusto de Vasconcelos e Sá. O novo Governador conseguiu negociar com aquela tribo cedendo pelo perdão, alcançando

³⁰ In «História de Portugal em Datas», coordenada por António Simões Rodrigues, Temas & Debates, Lda, 1994.

³¹ Ayres de Ornelas nasceu a 5 de Março de 1866, na freguesia da Camacha, Ilha da Madeira, pertencente a uma das mais antigas e nobres famílias madeirenses, era filho do conselheiro Agostinho d'Ornelas e Vasconcelos e sobrinho do arcebispo de Goa e primaz do Oriente, D. Ayres d'Ornelas e Vasconcelos. No seu livro «Ultramar Português» defendeu com muita convicção que o Ultramar era parte integrante de Portugal e que era elemento vital indispensável à conservação da independência nacional.

acalmia no final de 1893, apesar de novo ataque com a ajuda dos Balantas, mas sem sucesso³².

Tais conflitos preocuparam as entidades da Metrópole que enviaram uma companhia de fuzileiros navais de Lisboa, chegando a Bissau em Março de 1894, juntando-se a esta duas companhias de soldados africanos.

Apesar das sucessivas provocações dos Papéis, estes e os Balantas, em 1900, estavam já bastante submetidos ao regime colonial. Mas, de quando em vez, a paz era meramente aparente. Nem todos os Governadores tiveram a arte e o engenho para manter a serenidade exigida. Foi o caso de Júdice Biker que, em 1901, organizou uma coluna para subjugar os Felupes de Jufunco e, em 1902, “envolveu-se na segunda guerra luso-mandinga do Oio”³³

Novos conflitos seguiram-se, especialmente motivados pela recusa do pagamento de impostos, como o caso do imposto por palhota que começou a vigorar a partir de 1903. Em Março de 1907, o Governador Oliveira Muzanty envolveu-se numa guerra com os Bijagós da Ilha Formosa. Posteriormente, com os Biafadas, Felupes, Papéis e Balantas. A paz era sempre precária pelo facto de as populações tentarem sempre reagir aos impostos.

Com a implantação da República em 5 de Outubro de 1910, houve uma crescente preocupação pelo Ultramar e pelos seus recursos, passando a designar-se «colónias» abandonando a de «província ou domínio ultramarino» que vinha desde 1820, e que foi retomada com o «Estado Novo». Com a nova designação, foi criado 23 de Agosto de 1911, o Ministério das Colónias, cujo Ministro foi Celestino de Almeida.

José Relvas e Eusébio Leão proclamaram a República da varanda do edifício dos Paços do Concelho de Lisboa, na manhã do dia 5 de Outubro de 1910.



Como demonstração do interesse do Ultramar para os governantes republicanos, no dia 11 de Novembro daquele ano de 1911, foi publicado um decreto que nomeou uma comissão para coligir todos os documentos de interesse histórico sobre o Ultramar, existentes no Ministério das Colónias.

O último Governador monárquico, capitão de infantaria Francisco Pimentel, foi substituído pelo 2º Tenente Carlos de Almeida Pereira que se manteve no cargo até 1913.

No dia 13 de Maio daquele ano, foi declarado o estado de sítio na ilha de Bissau, tendo sido proibidas as comunicações com o restante território.

No dia 25 de Dezembro de 1910, foi criada em Bissau a Liga Guineense que era uma associação escolar e educativa, com a finalidade de incentivar a criação de escolas e promover o desenvolvimento educativo.

A implantação da República também levou à Guiné uma nova fase nas acções militares, especialmente devido à acção de João Teixeira Pinto, nomeado pelo Estado-Maior. Este militar tudo fez para impor a soberania de Portugal em todo o território. Em

³² Idem

³³ Idem

Novembro de 1912, promoveu uma acção junto dos Bijagós. Depois dedicou-se, no Oio, à subjugação das suas populações que eram as mais hostis a Portugal. Teixeira Pinto teve um fiel aliado nativo: o régulo de Cuor do Oio, Abdul Injai.

A partir de Março de 1914, juntamente com Calvet de Magalhães (administrador do Geba) confrontou os Balantas e os Soninquês. “Derrotados os Balantas de Mansoa e penetrando no interior, não obstante as enormes dificuldades (emboscadas, fossos, envenenamento da água dos poços...) e ataques, as forças de Teixeira Pinto tomaram sucessivamente todas as tabancas, até à queda de Mansodé (5 de Junho de 1913). As armas foram recolhidas, os chefes presos e o imposto começou a ser cobrado. Seguiram-se-lhes depois os indígenas do Oio e do Oeste”³⁴

No início de 1914, teve lugar uma segunda campanha, a partir do Cacheu, contra os Papéis do Norte e os Manjacos, “após estes terem massacrado o administrador e seus ajudantes, quando faziam o recenseamento das palhotas no Churo”. Novas acções chegaram aos Brames, Baiotes e aos Balantas de Mansoa.

Monumento a Teixeira Pinto, Bissau
(Edição «Foto Serra», C.P. 239, Bissau)



Tal foi a campanha dos guineenses contra a prepotência de Teixeira Pinto que este acabou por ser exonerado do cargo e foi sujeito a uma sindicância feita pelo emissário enviado da Metrópole, coronel de Artilharia, Manuel Maria Coelho, acabando este por ficar na Guiné como governador, em parte do ano de 1917. O Governador Oliveira Duque também foi substituído, em 1915, pelo 1º-tenente-médico, José António de Andrade Sequeira.

Também o régulo Abdul Injai foi alvo de uma campanha levada a cabo pela população nativa, acusado de roubos, violações e espoliação dos habitantes. “Quando em 1919, as autoridades portuguesas procuraram destruí-lo respondeu com a guerra, antes de finalmente ser preso e transferido para Cabo Verde”³⁵

É historicamente perceptível que após as campanhas de ocupação e de subjugação dos povos do interior do território, levadas a cabo por Teixeira Pinto, que deu a designação à localidade do mesmo nome, começou a grande tarefa do desenvolvimento da colónia, de um modo especial na construção de vias de comunicação terrestres tendo em vista ligar as diferentes povoações, até então só acessíveis através dos rios navegáveis ou em trilos pedestres.

Apesar da importante acção dos Administradores das localidades como também dos Governadores no desenvolvimento da Guiné, o certo é que a pacificação social foi sistematicamente interrompida devido aos conflitos e sublevações da população de diversos municípios e circunscrições, face às ordens dimanadas dos sucessivos governadores.

³⁴ Idem

³⁵ Idem

A acção do tenente-coronel de Infantaria Jorge Frederico Velez Carço, governador entre 1921 e 1926, foi de grande afronta, especialmente, para os cabo-verdeanos que trabalhavam na Guiné. Para este governador, a generalidade dos cabo-verdeanos eram incompetentes para os cargos que ocupavam, e pretendeu fazer o saneamento na administração da colónia, dando preferência às pessoas com maior poder económico, e mostrando-se favorável em dar aos nativos um nível mais elevado de instrução, numa colónia com um número reduzido de estabelecimentos de ensino. No entanto, existia a instrução profissional: tipógrafos (anexa à Imprensa Nacional) e a dos telegrafistas (na estação telegráfica), ambas em Bolama.

Dizia aquele governador:

“Temos de disseminar escolas por toda a província e reformar a instrução por forma a que o nativo se baste a si mesmo, saindo dessas escolas funcionários, agricultores, artistas e operários”

A posição de Velez Carço contra os naturais de Cabo Verde coincidiu com a publicação dos primeiros jornais na Guiné, ligados à comunidade portuguesa e atacando também os cabo-verdeanos³⁶.

Novas sublevações de indígenas contra a política desenvolvimentista tiveram lugar na segunda fase da governação de Velez Carço. Em Agosto de 1924, os Balantas não acataram as ordens do chefe de Nhacra quanto à requisição de trabalhadores para as obras públicas. Tal foi a recusa que foi necessário impor o estado de sítio e uma campanha de submissão. “No ano seguinte, os habitantes da ilha de Canhabaque recusaram o pagamento do tributo e a entrega das armas”³⁷.

Com a revolução, na Metrópole, do 28 de Maio de 1926, o Governo ditatorial nomeou outro governador. Coube essa função ao major de Infantaria António Leite de Magalhães que governou a colónia entre 1927 e 1931. A sua principal preocupação foi implementar a construção de obras públicas, mas viu-se impossibilitado de cumprir os seus intentos por razões de natureza financeira da Guiné.

Foi essencialmente a construção de obras públicas (vias de comunicação terrestre e portos) que motivou formas de trabalho forçado de nativos. No fundo, foi a partir de 1915, prolongando por muitos anos de governo do Estado Novo (principalmente até ao fim da II Guerra Mundial). A quase inexistência de grandes propriedades agropecuárias privadas, era fraca a contratação de mão-de-obra para este sector.

De tal maneira que, nos anos quarenta, a Curadoria de Trabalho Indígena relatava que “a Guiné é ainda e será por muito tempo uma colónia de exploração pelo indígena e o que nela existe de agricultura não indígena resume-se a umas tantas árvores de fruto mais pertença dos macacos e dos amigos do alheio, que propriamente de quem as possui; porque o principal objectivo dos concessionários e proprietários é o de transaccionarem, com mais ou menos êxito, os produtos dos indígenas que demoram nas vizinhanças”³⁸.

³⁶ «Nova História da Expansão Portuguesa», direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques. O Império Africano 1890-1930, coordenação de A.H. de Oliveira Marques, Editorial Estampa, 2001.

³⁷ Idem

³⁸ «Trabalho Forçado Africano», pág. 231, Experiências coloniais comparadas, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (coordenação), edição de Campo das Letras, 2006.

Ainda nos finais dos anos quarenta do século XX, o Código do trabalho indígena não era totalmente cumprido e a maioria dos contratos de trabalho era verbal e sem a intervenção das autoridades. Situações que, aliás, eram permitidas por aquele Código.

A partir de 1935 tornou-se obrigatória a matrícula de trabalhadores indígenas, como já era feito nas restantes colónias. Problemas financeiros determinaram que, nessa altura, havia falta de pessoal na administração para concluir o arrolamento das «tabancas» e para a cobrança dos impostos de palhota e braçal.

O seguinte excerto de uma carta de um jornalista, dirigida ao Ministro das Colónias, em meados dos anos trinta, revela a gravidade da situação do trabalho dos indígenas em pleno lançamento do Estado Novo:

“A violência do imposto de trabalho, usado em quase todos os trabalhos públicos, nos quais os indígenas trabalham sem nada ganhar, o que é contra a letra expressa do Acto Colonial, ou ganham uma insignificância... mesmo para pretos”³⁹.
No mesmo livro pode ler-se o relato de um viajante, naquela época:

“As estradas são construídas e mantidas a um custo muito baixo, porque quando os nativos não conseguem pagar os impostos, eles são simplesmente obrigados a pagar em forma de trabalho. Eles são postos a construir estradas, ganhando um soldo virtual de tanto por dia, que é deduzido até a dívida estar saldada”.

³⁹ Idem, pág. 241.